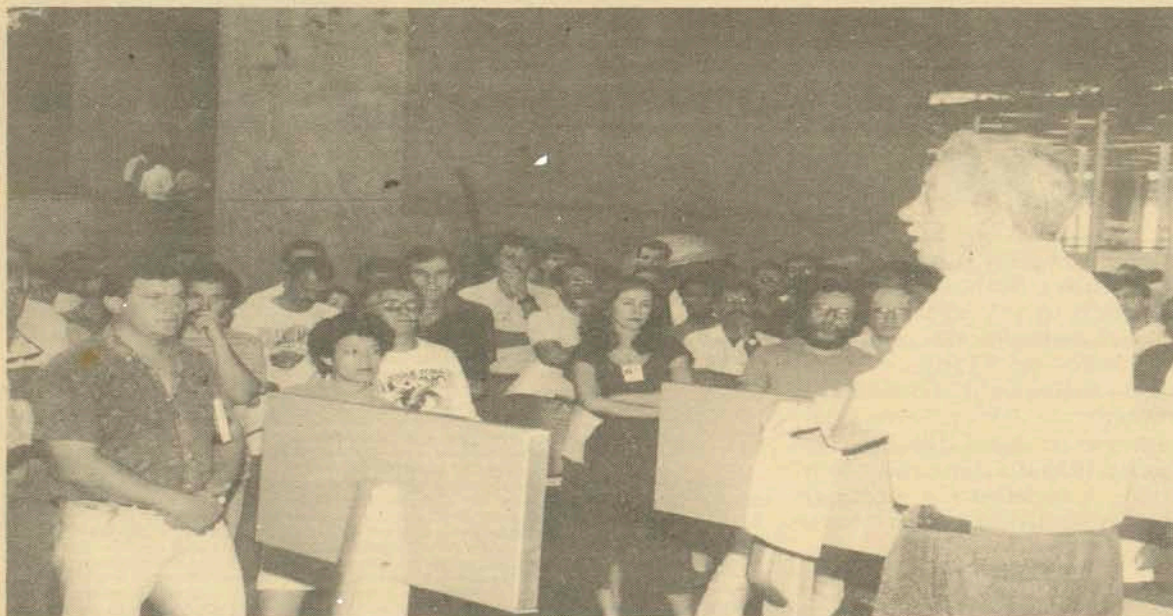


LINHA VIVA

Nº 203

13/11/92

Deputados exigem imediata exoneração de Gazaniga



Eletricitários, sindicalistas e parlamentares protestaram contra a tentativa da Eletrosul de impedir a ação dos sindicatos. "Gazaniga é o entulho collorido", afirmaram os manifestantes.

Bill Clinton não tem condições de restaurar o "sonho americano". A avaliação é do jornalista americano Jeffrey Hoff, na entrevista exclusiva da página oito

Neoliberalismo é uma nova etapa do capitalismo, afirma o professor colombiano Victor Monteayo. Ele faz uma análise na página central

No dia 27 de outubro a Eletrosul, através de liminar proibiu a entrada dos diretores do Sinergia no edifício-sede. Na terça-feira, dia 3 de novembro, uma manifestação contra a medida deu o tom de como a atitude foi recebida pela categoria.

Na quarta-feira, dia 4 de novembro, em reunião com uma comissão de entidades, o assessor da Diretoria Administrativa, Geraldo Correa, propôs a discussão de normas de procedimento para a atividade sindical na empresa. Na ocasião ficou suspensa por dez dias a utilização da liminar.

A diretoria do Sinergia entende que esta questão está em discussão nas negociações em nível nacional e junto aos Ministérios da Justiça e Minas e Energia. (leia mais na página 3).

Na terça-feira, dia 3 de novembro a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por unanimidade, pediu a exoneração dos diretores da Eletrosul e da Fundação Elos. O pedido foi encaminhado ao presidente em exercício, Itamar Franco. Os motivos apresentados pelos deputados de todos partidos: "desastroso sucateamento que vem sendo desenvolvido no patrimônio social e funcional da empresa, em detrimento da sociedade, face a sua subserviência ao Programa do Governo Collor, o envolvimento direto nas negociações nos Fundos de Pensões da estatais, através da compra de ações da Sede, e que coloca a atual administração no bojo de atos de imoralidade que a população brasileira não aceita mais".

Mais coações na Eletrosul

Os operadores da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, na Rio Grande do Sul, estão sendo obrigados a dirigir veículos nos horários noturnos. Caso não obedeçam são ameaçados com processo de insubordinação. Além disto eles também estão sendo obrigados a dirigirem nos sábados, domingos e feriados com a mesma ameaça.

Concurso literário é sucesso total

Encerrou no dia 30 de outubro as inscrições para o 1º Concurso Literário Conto e Poesia, do Sinergia, com 158 participantes. No total estão inscritos 450 trabalhos (357 poesias e 93 contos). Os vencedores do concurso serão conhecidos no final de novembro.

Uruguai contra as privatizações

Em dezembro os uruguaios farão um plebiscito para decidir se querem ou não a privatização dos serviços estatais. Nas pesquisas de opinião sobre o plebiscito a rejeição é muito grande: 41% diz ser contra as privatizações e 25% votariam a favor. A campanha contra a lei uruguaia de privatizações está contando agora também com um novo aliado: os partidos de direita estão na última semana mudando sua postura e passando a lutar pelo fim do processo de privatização.

Eleição contraria vontade de Kleinübing

O Sindicato dos Trabalhadores

em Educação na Rede Pública de SC está promovendo, em todo Estado, eleição e diretores, à revelia do Governo do Estado, que quer a inconstitucionalidade da lei que rege o assunto. O inte SINTE elaborou um projeto de iniciativa popular, tramitando na Assembléia Legislativa, com poucas perspectivas de ser aprovado. Por isto, as eleições para serem validades precisam do apoio de toda comunidade. Participe!

Luta com o sindicalismo

Dia 17 de novembro, em toda Santa Catarina serão realizadas eleições para a nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), regional Santa Catarina. Três candidatos ao Conselho da OAB têm como bandeira lutar pelos movimentos populares e sindicais. São eles: Prudente Mello, Edmundo Lima Júnior e Maria Lúcia Locks. Eles fazem parte da chapa OAB VERDADE, encabeçada por João Henrique Blasi.

Pagamento aos pedaços

O governo Kleinübing passou o funcionalismo para trás e pagou o mês de outubro em duas parcelas. Dia 3 de novembro todos receberam Cr\$ 1 milhão. No dia 11 o magistério recebeu o resto, dia 12 o restante do funcionalismo teve seu salário zerado e no dia 13 é a vez da PM e aposentados. O governador disse, no dia 3 de novembro, que teve que parcelar o pagamento porque não tinha dinheiro. No dia seguinte a Secretaria da Fazenda divulgou a arrecadação de outubro: o incremento foi de 33,9%, ou seja 8% acima da inflação. Curiosidade: os professores de Joinville receberam seu salário integral dia 3 de novembro, a pedido do deputado Wittich Freitag, candidato a prefeito pelo PFL, no segundo turno.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinovaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

Incompetência de dirigente sindical

Comissão Organizadora da Sipat/92 DPREGFLO

Discordamos da publicação veiculada neste jornal, edição 201, data de 22 de outubro do corrente. Tratava-se de uma nota de infundadas e mentirosas colocações da realização da Sipat, em que dizia ser mais um festival de dinheiro jogado fora, palestras de conteúdo discutível que só servem para funcionários matarem horas de trabalho.

Não sabe o despreparado dirigente sindical que tais assuntos são, inclusive, recomendados por determinação legal e que horas investidas no emprego sobre segurança, higiene e medicina do trabalho, vem salvaguardar o patrimônio maior de qualquer empresa, que é o seu corpo funcional. Acreditamos ser também uma bandeira de todo sindicato, que além de buscar melhores salários aos seus associados e categoria, exigir da empresa que esclareça e previna seus empregados de todo e qualquer risco que os afetem e, se permitirmos que publicações comecem a falar a linguagem de certos patrões, sem dúvida será um retrocesso aos tempos medievais em que do empregado só se esperava trabalho e aos patrões os lucros.

Ficamos envergonhados se tivermos que comprovar sobre as qualidades e competência das palestras e palestrantes, de renome tão respeitadas na sociedade tais como: PE. Jaci Gonçalves Rocha, Dr. Cláudio Rubens da Silva, Prof. José Fernando de Souza Fonseca, Cap. João Henrique Silva, em que cativaram e repassaram brilhantes conhecimentos a precisamente 862 presenças, nesta semana. Se julgarmos no setor lucro e benefício, acreditamos que tivemos um saldo bastante positivo, pois com Cr\$ 1.482.500,00, atingimos um nº 862 de participações, equivalente a um investimento médio de Cr\$ 1.719,84 por participação. Para a Realização desta Sipat, várias entidades e pessoas contribuíram, inclusive o próprio Sinergia que cedeu 10 Kg de bolachas, as quais foram bem servidas. Certos de que um dirigente sindical tem dois olhos e dois ouvidos e apenas uma boca, deve ele sempre embasar sobre os assuntos publicados.

*** Fazem parte da Comissão, além de Hugo Belli, que afirmou não concordar com o conteúdo do texto acima e por não ter sido consultado para sua execução, os senhores João Batista da Silva, Sinova Vaz, Inácio Silveira, Ademir Azevedo, Suleide Becker, Carlos D'Ávila, Luiz Machado Pereira, Luiz Carlos Faccio, Evaldo Bento, Valmor Gonçalves Junior, Alcides Moura, Tereza Ramos, Maria de Lourde Luiz, Valmira de Souza, Neide dos Santos, Marcio da Silva, Rosalina Cunha, Aldo Brito Filho, Dilson Vieira, José Kammer, Genésio Pedro, Julio Amorim).

NOTA DE REDAÇÃO: Caro Senhor (ou senhores, já que a carta não está assinada) - Com certeza todos aqui no Sinergia temos dois olhos, dois ouvidos e uma só boca, já que - felizmente - pertencemos ao gênero humano. Sobre sua reclamação gostaríamos de esclarecer:

1 - Quando falamos em prevenção nos referimos a coisas diferentes. Nós, por exemplo, não queremos que aconteçam os oito acidentes já registrados este ano só no DPREGFLO.

2 - Nos referimos ainda, por exemplo, às áreas insalubres, que tanto mal fazem aos empregados. Naquela mesma matéria mostramos o caso do escritório de Tijucas, que está sob sua responsabilidade. Quanto se gastou para melhorar aquelas instalações na semana de prevenção?

3 - Quando falamos de prevenção, dizemos também exames periódicos de saúde, que o DPREGFLO está há um ano sem realizar. E sabemos que estes exames são uma medida de prevenção extremamente eficaz.

4 - Uma semana de prevenção deve ser medida pelos seus resultados, e portanto ser objetiva e mais dinâmica do que simplesmente pessoas sentarem e ouvirem palestras. Por falar nisto, admiramos os palestrantes que vocês convidaram, mas não concordamos com os conteúdos que o senhor escolheu para as palestras (como "Relacionamento Empresa-Comunidade"), impróprios para uma semana INTERNA de prevenção de acidentes.

5 - Ficamos surpresos que se orgulhem de ter gasto mil cruzeiros por pessoa que assistiu suas palestras. Consideramos muito e pouco ao mesmo tempo e nos perguntamos se os alunos de escolas também estão computados na sua lista.

6 - Finalizando: quanto à incompetência a que se refere no título, queremos acreditar que não seja por termos opiniões contrárias. Senão quem estaria voltando aos tempos medievais da falta de liberdade de expressão não seríamos nós.

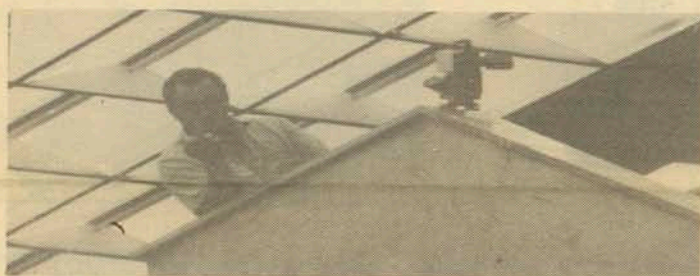
Autoritarismo explícito

Gazaniga se desespera e tenta impedir a ação dos sindicatos, mas só consegue colher a indignação dos eletricitários e da sociedade. Ele não sabe que a resistência collarista está fora de moda.

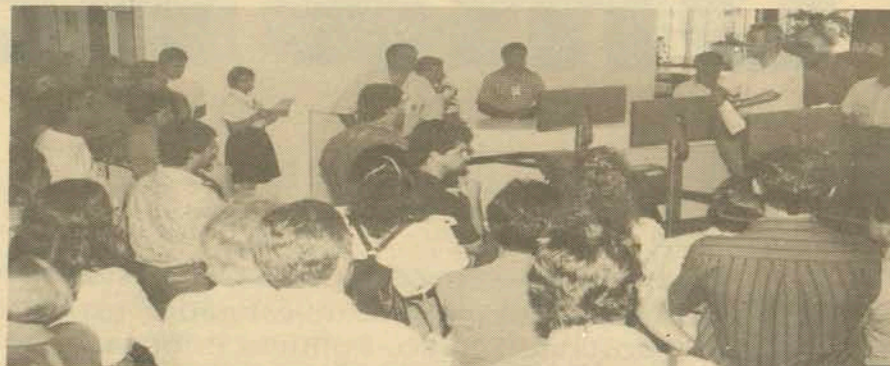
A resistência collarista, apesar de estar cada vez mais fora de moda, ainda teima em dar seus últimos tiros em Santa Catarina. O mais recente lance do guerrilheiro remanescente da República de Alagoas, Amílcar Gazaniga, foi conseguir uma liminar, dia 27 de outubro, assinada pelo juiz de nome Cláudio Barreto Dutra, proibindo a entrada do pessoal do Sinergia no prédio da Eletrosul.

Na terça-feira, dia 3 de novembro, veio a primeira reação à proibição: entidades civis, sindicais, políticos e empregados da empresa se concentraram no hall do prédio do Pantanal. Foi um desafio àquilo que, por unanimidade, foi chamado de uma atitude típica da ditadura militar.

As 14 horas, daquela terça-feira, começaram a chegar os manifestantes. Além de todos sindicatos que fazem parte da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil, estavam o Comando Nacional dos Eletricitários, a Federação Nacional dos Urbanitários, a CUT, Sindicato dos Bancários, dos Trabalhadores em Educação, dos Municipais de Florianópolis, dos Servidores Públicos Federais, dos Trabalhadores Rurais, dos Mecânicos de Joinville, Associação dos Professores Universitários da UFSC, União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, Federação dos Aposentados do Estado, e políticos como o deputado e futuro prefeito da capital, Sérgio Grando, seu vice Afrânio Bop-



O olheiro da empresa faz sinais obscenos aos manifestantes



Ato protestou contra proibição da ação sindical

pré, o deputado estadual do PT, Vilson Santin, o ex-deputado e vereador do PSDB Francisco Küster, o vereador do PCdoB, João Ghizzoni entre outros.

As 14h15min, entrou o assessor da empresa Miguel Sedrez, e querendo se mostrar bastante à vontade cumprimentou os sindicalistas da Intersul e do CNE, dispensando até dois beijinhos para as mulheres. O pessoal da recepção, àquela altura, estava bastante assustado, olhos esbugalhados e falando muito ao telefone. De olho na concentração, um retrato do presidente Collor, já anacrônico na parede, cuidando das catracas, lembrava a todos porque estavam ali.

As 14h30min, conforme o marcado, começaram os discursos. Os empregados desceram, mas quiseram ficar do lado de dentro da catraca, longe do al-

cance da filmadora da entrada. Segundos depois, o dedo-duro de plantão montou outra filmadora no topo de uma escadaria. Lá empoleirado, ele fazia sinais obscenos para aqueles que se animavam a olhá-lo. Ao seu lado nos "camarotes" de cima, vários assessores "olheiros" não conseguiam esconder a curiosidade que tinham. Entre eles, se destacou o cunhado do presidente Gazaniga, o Leoze.

A manifestação foi presidida pelo decano do movimento eletricitário, Alvaro Ayala e várias pessoas discursaram (ver resumo adiante). As 15h20min, uma delegação subiu para exigir o fim da liminar ao presidente Gazaniga. Foram informados que ele não estava. Quem recebeu a comissão foi o Diretor Administrativo, Ilário Pasin.

“Fora Gazaniga” já é unanimidade

“Esta luta não é só do pessoal da Eletrosul, é de todos os eletricitários. Já achávamos que este tipo de ato estava encerrado com o impeachment do Collor, mas sempre tem alguém como o Gazaniga, um xérox falsificado do Collor. Com este ato estamos dizendo: Gazaniga, sua época passou, o Collor está enterrado. A Eletrosul quer voltar a ser uma empresa democrática e preocupada com os grandes problemas energéticos do país”. Alvaro Ayala, da Intersindical.

“Nós e a sociedade catarinense repudiamos esta truculência. Esta empresa é nossa e não pode ficar na mão de meia dúzia de safados. Ela não é propriedade deles, nem o quintal da casa do Gazaniga. É nossa, feita com o nosso suor. Não vamos aceitar terrorismo contra trabalhador”. Vilson Santin, deputado estadual catarinense, PT.

“Os empregados da Eletrosul foram atacados covardemente por um resquício autoritário de alguém que quer desmoralizá-los e também a população do Sul do país. Ele que tenha mais respeito à gente catarinense, senão, cedo ou tarde, será deposto pela população da empresa”. Francisco Küster, vereador PSDB.

“Esta empresa não pertence ao Gazaniga, mas aos funcionários e ao povo. Gazaniga está servindo aos interesses daqueles que querem

sucateá-la para poder privatizá-la”. João Ghizzoni, vereador PCdoB.

“Hoje é isto e amanhã vai ser a proibição de que os funcionários se filiem ao sindicato. Isto é um atentado, um crime contra a Constituição”. Ineir Mittmann, presidente da CUT Estadual.

“Isto é desespero de quem sabe que vai tomar o mesmo rumo que o Collor”. Sônia Latge, da Federação Nacional dos Urbanitários.

“Esta é uma atitude pequena, mas não devemos esmorecer, devemos continuar a lutar. Estamos solidários com vocês”. Afrânio Boppré, vice-prefeito eleito de Florianópolis.

“Nossa presença aqui, além da solidariedade, é para mostrar a nossa (dos eletricitários) disposição de mobilização para acabar com toda a arrogância que se encontra no setor elétrico. É incrível chegar aqui e saber que estão gastando dinheiro para sermos filmados enquanto o presidente devia se preocupar em fazer um raio X das linhas de transmissão e ver quanto de trabalhadores mortos e acidentados elas consomem. Temos que exercitar esta democracia que estamos criando e impedir que os ladrões de carteiras assinada permaneçam no poder”. Paulo Rangel, dos Eletricitários da Bahia, e CNE.

Pasin acusa Mauro e Delman

“Ressurge na Eletrosul um fato doloroso, constrangedor e que vai trancar as negociações, porque não vamos querer sentar e negociar, com companheiros proibidos de entrar e falar a seus colegas”. Assim Alvaro Ayala, abriu o encontro com o DA, Ilário Pasin, e foi ajudado por Paulo Rangel, do CNE: “estamos aqui reivindicando que a liminar seja desprezada”. “A Eletrobrás nos disse que teríamos condições de negociar, mas a Eletrosul passa a reprimir nossa atuação”, acrescentou Sônia Latge, da FNU.

Pasin tentou se defender dizendo que ele, “pessoalmente”, sempre esteve à disposição dos sindicatos, mas que “O Mauro e o Delman estavam entrando sem pedir permissão 24 horas antes. Nem toda razão está com eles, mas vamos levar o pleito de vocês à diretoria executiva para iniciar uma negociação sobre o assunto. Está bem?”

Foi então que os sindicalistas e políticos tiveram que lembrar algumas coisas ao DA. “Não me parece que o movimento sindical precise ser autorizado para entrar nas empresas”, retrucou Sônia. O vereador Francisco Küster declarou que a liminar “se choça com a realidade que estamos vivendo. A empresa não deve dar provimento a ela, porque senão a tendência é radicalizar e isto não é bom para ninguém”.

Ineir Mittmann, presidente da CUT Estadual, disse que os trabalhadores em Santa Ca-

tarina já haviam se deparado com este tipo de liminar, “com a diferença que elas vinham por parte de empresários. Mas aqui estamos tratando de uma estatal, de patrimônio público. A legislação garante o mínimo e proíbe o todo. Independente do sindicato pedir ou não autorização ele tem este direito adquirido, ainda mais porque este patrimônio todo é nosso. A gente até entende como conseguiram a liminar, já que aqueles que a emitiram são um apêndice daquilo que o país quer se livrar”.

Geraldo Correa, assistente do DA, tentou mais uma defesa: “sempre tivemos uma relação boa, porém a casa precisa ter uma ordem”, mas “a casa não deve intervir no movimento sindical”, lembrou Sônia. Foi então que João Batista Nunes, presidente da CUT regional/Epis recordou os últimos lances da diretoria da empresa: “que relação boa é esta que demite quatro dirigentes do sindicato. Depois de todos avanços, nos últimos dois anos os empregados daqui vêm sofrendo um processo muito complicado que está no seu ápice. E não me parece ser nada pessoal, porque esta mesma atitude é tomada contra os bancários cujo sindicato é proibido até por força da polícia de entrar neste prédio”.

Descorrido de que não se livraria de todos aquelas pessoas sem um bom motivo, o DA acabou marcando uma reunião para o dia seguinte, para resolver a situação.

Uma nova fase do capitalismo

Victor Moncayo, professor da Universidade Nacional da Colômbia e investigador no campo da Teoria do Estado, Políticas Públicas e questões trabalhistas, esteve recentemente no Brasil, proferindo palestras. Durante sua estadia em Florianópolis, ele concedeu uma entrevista ao **Linha Viva** sobre o neo-liberalismo e suas influências no mundo. Do professor Moncayo está neste momento atualizando um estudo seu, já publicado, sobre as lutas trabalhistas e a política do trabalho na Colômbia. Ele quer que a próxima edição deste estudo abarque todas as transformações que estão ocorrendo hoje neste campo. Seu propósito é mostrar a crise que afeta o sindicalismo, as relações de trabalho etc...



Aqui no Brasil o neoliberalismo é muito influente. No setor elétrico a terceirização já é grande e se fala até na privatização de todos os serviços de energia elétrica. Quais são as perdas trabalhistas sob um sistema neoliberal?

MONCAYO — Temos que primeiro nos reportar brevemente ao panorama do neoliberalismo, para poder entendê-lo. A idéia principal é que o liberalismo não é somente uma ideologia, um discurso econômico ou político. Ele expressa a realidade de uma diferente época do capitalismo. Há 10 anos, 15 anos, em todo mundo, vivemos uma transformação, uma reorganização do sistema capitalista. Isto é uma resposta às dificuldades, aos problemas que as lutas trabalhistas criaram ao sistema. Estas lutas provocariam uma crise do capitalismo. É uma resposta contra a vitalidade, a radicalidade das lutas contra o capital. Esta nova estrutura busca desarticular o movimento contra o capital, mudar o cenário, mudar as condições em que vinham lutando o movimento trabalhista, de tal maneira que os operários, os trabalhadores já não se encontram no mesmo tipo de espaço, de cenário no qual se encontravam. As consequências principais disto são, em primeiro lugar, a transformação do regime salarial. Antes o regime salarial estava muito vinculado a uma empresa determinada, a

um padrão determinado. O novo tipo de relação salarial busca que inexista esta relação com um padrão determinado, que esta relação seja difusa, dispersa, que o trabalhador não possa encontrar um interlocutor ao qual dirigir-se. Isto se dá através da terceirização, o trabalho em domicílio, a microempresa, o setor informal, as empresas integradas a outras que não permitem ao trabalhador encontrar o padrão, porque não sabe para quem trabalha e, além disso, crê que o faz automaticamente, que trabalha como empresário.

No caso o trabalhador fica sem preferencial de luta. Não sabe mais como atuar?

MONCAYO — Exatamente. Estas novas condições provocaram o desaparecimento das antigas. A grande dificuldade que o trabalhador tem hoje é de não saber como organizar-se, não saber como lutar, porque todas formas anteriores foram superadas, foram derrotadas.

O sindicato ficaria, então, fraco?

MONCAYO — Esta é a realidade e o sindicalismo não se quebrou, não se perdeu porque os dirigentes são ruins, ou porque as organizações não conseguem atrair muita gente. O que acontece é que o sindicalismo respondeu a uma época determinada. O que existe hoje é uma nova época à qual não corresponde ao capitalismo como forma organizativa. A dificuldade

e a vantagem ao mesmo tempo é que na época atual há uma necessidade criativa, de inventar, construir uma organização para uma época diferente, que não pode ser a mesma que se acabou.

Onde está a essência do neoliberalismo?

MONCAYO — O liberalismo não é simplesmente um discurso, simplesmente uma ideologia. É a maneira como se expressa um novo tempo, uma nova época, uma nova fase do capital. Como um nome, o neoliberalismo tem muitas formas de se expressar. Variam de acordo com cada país. Mas há algumas características comuns em todos países. Por exemplo, este fenômeno que estamos vendo, que acaba com a empresa tradicional, que a pulveriza, a atomiza, para que não a identifiquem e que se encontre ao mesmo tempo em todas as partes. Outra, é o papel que o Estado está jogando. A mudança do papel do Estado, que antes produzia bens e serviços, contribuía de alguma maneira na reprodução da força de trabalho (via prestação de bens e serviços). Agora o Estado muda de papel, no sentido de que já não será mais um provedor de bens e serviços. Ele será simplesmente um orientador, que canaliza recursos e que faz que o setor privado se incorpore à prestação dos seus bens e serviços, mais pela via dos subsídios, que da prestação

direta. Isto é o que estamos chamando de desmonte do Estado, do bem estar do Welfare State. O Estado já não está diretamente comprometido em saúde, educação, infra-estrutura sanitária, serviços públicos, etc. Está também é uma constante em todos os países.

Mas o Estado neoliberal é diferente nos países subdesenvolvidos e no Primeiro Mundo...

MONCAYO — Não há diferenças importantes. O desenvolvimento do Estado de Bem Estar (Welfare State) nos países centrais era maior que nos países periféricos. Estas diferenças são qualificativas e permanecem. Mas há uma linha comum que é a redefinição do papel do Estado, tanto nos países centrais como nos periféricos. O neoliberalismo é uma reestruturação. É parte do processo de reorganização do capitalismo que tem muito a ver com uma nova forma de revalorizar-se o capital.

No Brasil a palavra neoliberalismo foi substituída por modernização?

MONCAYO — Claro. Ou por abertura (frente aos mercados internacionais). Isto porque o capitalismo rompeu com os esquemas nacionais. A localização do capital já não existe, desapareceu. Não importa onde esteja. O novo esquema a nível de mercado internacional é o esquema dos blocos. Por isto está aparecendo aqui o bloco do Mercosul, ou o bloco dos

Três (Venezuela, México, Colômbia), ou o bloco Europeu. O espaço nacional que era antes o centro das relações internacionais agora mudou.

O que a formação de blocos tipo Mercosul, pode acarretar à vida dos trabalhadores?

MONCAYO — Interfere e muito. O que se supõe nesta reestruturação é que os trabalhadores tenham uma maior mobilidade, tanto funcional como espacial. O trabalhador já não vai ter um ofício determinado. Ele vai servir para qualquer coisa. A tecnologia moderna permite que o trabalhador não seja mais unifuncional, faça uma coisa só. Ele tem que ser polivalente. Significa então que dá no mesmo que trabalhe numa ou noutra fábrica. Significa que dentro de uma fábrica ele possa fazer qualquer coisa, em qualquer lugar. Não importa em que país esteja, pode passar de um país para outro, pode ser localizado em qualquer lugar. A consequência é que vai haver uma ruptura.

Isto aumenta a possibilidade do capital especular com a força de trabalho?

MONCAYO — Sim, amplia o mercado de força de trabalho. Ou seja, o exército de reserva de mão-de-obra será internacional.

MONCAYO — Sim. A consequência é que o trabalhador perde a fixação, já não está fixo a uma empresa. É móvel, cambiante, mais instável,

porque não haverá uma relação permanente com a empresa. Ele pode ser mudado permanentemente, não terá só uma empresa.

Como está o quadro na Colômbia?

MONCAYO — Em certos setores o neoliberalismo avançou bastante. Por exemplo, no setor editorial de livros, no de produção de calçados, no têxtil, no de produtos químicos. O problema na Colômbia é que as transformações neoliberais — que tem a ver com todas as relações de trabalho e com o novo papel do Estado — não está podendo ter a velocidade de outras partes, por um problema de regime político. É o problema da guerrilha, do narcotráfico, delinquência comum. Então o Estado tem sua atenção prioritariamente para isto e o resto fica para trás.

Quais as primeiras consequências nestes setores onde o neoliberalismo avançou na Colômbia?

MONCAYO — Há um movimento muito importante de impulso da microempresa ou atividades de trabalho na família. Há programas dirigidos para isto. Programas com apoio internacional. Estas microempresas são a forma alternativa do sistema salarial tradicional. A forma como as pessoas ingressam no mercado dos produtos é porque obtêm ingressos salariais desta forma autônoma.

No campo do papel do Estado também existe uma política muito clara,

o Estado abandona sua responsabilidade, com uma ideologia muito particular que é a da participação comunitária. O Estado já não é o responsável. A responsabilidade passa a ser do cidadão, quase em termos pessoais, familiares. Essas pessoas perderam também seu interlocutor. Não tem a quem dirigir-se, não tem com quem brigar. O Estado diz, os problemas de educação, saúde, serviços públicos nas comunidades, nos bairros é problema de vocês, organizem-se, definam o que querem fazer, o que podem fazer primeiro, com que recursos vocês contam. Vocês têm que contribuir, colaborar. Nós — o Estado — ajudamos, mas a responsabilidade principal é de vocês. Vocês não podem chegar ao Estado e dizer estamos precisando disto. São vocês mesmo que criam estas necessidades.

Nisto consiste a participação comunitária. Isto avançou bastante na Colômbia. É a ideologia geral. E além de tudo ela é difícil de combater porque as pessoas pensam, como vou me opor à participação comunitária? Tudo supõe que haja uma distribuição por baixo e implica num esforço adicional por parte das pessoas. Hoje muitas vezes elas tem que trabalhar para satisfazer necessidades que antes o Estado lhes dava. Até em obras públicas, calçamento, água, esgoto, quem tem que fazer é a comunidade.

Este apelo do Estado é feito em nome da cidadania, como aqui?

MONCAYO — Sim. Por isto todas as campanhas da cidadania. É a maneira do Estado se livrar de suas responsabilidades, passá-las para o indivíduo, para o cidadão.

Até agora o senhor não fez nenhum julgamento de valor a respeito destas mudanças. O que o senhor acha delas? São positivas ou negativas?

MONCAYO — Esta é a estratégia do Estado. Ela pode ser contraditória, na medida em que esta referência ao cidadão, à comunidade, pode permitir formas organizativas novas. Esta é a esperança que pode surgir disto. Como responder à estratégia a partir da mesma estratégia? Porque efetivamente os movimentos, as lutas, não caem do céu, saem do mesmo terreno em que as coloca o sistema. Se o sistema me colocava numa fábrica, esta situação gerou os sindicatos. Agora se o sistema me coloca em outra dimensão, esta outra dimensão deve gerar um tipo de organização e de luta distinta.

Em termos de sindicato, existe alguma coisa nova?

MONCAYO — O problema do sindicalismo — que acredito seja geral — é que por causa destas transformações ele perdeu a importância. Até digo que centrar sua luta em reivindicações defensivas — não conquistadas por avanços, mas para não perder o que se tinha. Muitas vezes têm que renunciar ao que já ganharam. Por exemplo, as empresas buscam acabar com a estabilidade. O trabalhador diz não, me deixem quieto, aceito que diminuam o salário, mas deixem a estabilidade. Isto gera uma luta que é puramente defensiva. E os sindicatos tratam de resistir a estas perdas de importância que tiveram. Não digo que é incorreta esta posição. É necessária, mas é perigosa, na medida em que não avança, não gera novas perspectivas.

Há resistências que são exitosas. Na Colômbia, o setor de telecomunicações, que é estatal, estava enfrentando uma tentativa de privatização. Foi um movimento muito forte que utilizou inclusive elementos tecnológicos, a greve foi um êxito completo. Tudo funciona com softwares. Um ingrediente de sabotagem no programa e ninguém conseguia arrumar a coisa. O Estado não conseguiu fazer nada. Ficamos incomunicáveis. Todo país, interno e externamente, por causa do bloqueio no software. Não houve necessidade de ação violenta. Resultado: tiveram que retirar o projeto de privatização. Está paralisado. Não é que ganharam plenamente. Mas a resistência teve sucesso.

Que recomendação o senhor daria para o movimento sindical?

MONCAYO — O negócio não é dar conselhos, receitas. O negócio é pensar. O importante é que o movimento de trabalhadores se dê conta de que estamos num cenário diferente. O que foi feito antes pode ter sido importante, mas já não é mais útil para esta nova época. Se isto ficar claro, o movimento vai gerar formas de organização e luta qualificadas, novas.

Se não houver esta reciclagem o movimento sindical pode acabar?

MONCAYO — Sim. E o problema é que isto gera uma espécie de temor: se isto acaba ficamos sem nada. Mas não. Houve épocas em que não havia sindicalismo. O sindicalismo foi uma resposta a uma época e deve haver outra resposta, seja qual for o nome que lhe dermos. O problema é encontrá-la. Aferrar-se a uma tabua de salvação é um equívoco.

Intersul quer profissionalizar suas ações de imprensa e formação

Sete sindicatos participaram do Seminário de Formação e Comunicação da Intersul — Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil que aconteceu terça-feira, dia 10, em Florianópolis. Uma discussão sobre duas áreas importantes da ação sindical que “há tempo se desejava fazer e que a correria das campanhas adiava”, conta Rosemeri Siqueira, uma das diretoras de formação do Sinergia.

A primeira preocupação do Seminário foi diagnosticar a situação da área de formação. As conclusões não são positivas ao perceber que apenas o Sinergia tem uma estrutura já montada na área, são positivas ao revelar que a maioria das entidades desperta para a impor-

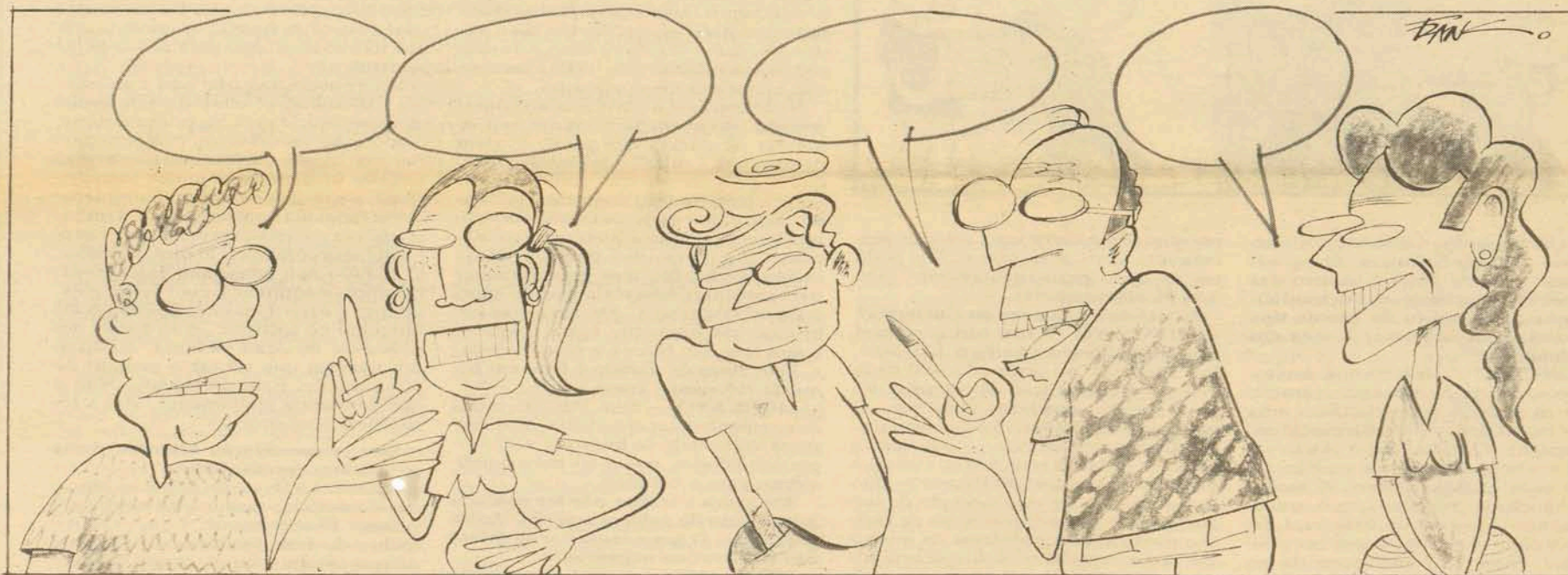
Paraná, ocorre o Primeiro Encontro do Coletivo, que vai elaborar um plano de ação para o próximo ano. “Vamos aproveitar que todos estão se estruturando para organizar os esforços e ter melhores frutos como resultado”, explica Rosemeri.

IMPRESSA — A parte da tarde do Seminário foi dedicada a discutir imprensa sindical. O debate se deu com base na avaliação do tipo de material que os sindicatos produzem em todo o país. O primeiro resultado foi um alerta pra que os sindicatos orientem suas publicações por preocupações éticas, para que não reproduzam a manipulação tão frequente na grande imprensa. “Sindicatos preocupados em resgatar a cidadania têm que primar pela

O sindicato de Joinville pensa em contratar uma assessoria profissional em breve, inclusive para estar mais presente no Linha Viva.

Como não podia deixar de ser, o Linha Viva ocupou um espaço privilegiado no Seminário. Duas diretrizes foram apontadas: o aprofundamento do seu caráter investigativo das reportagens e a sua efetiva implantação no interior do estado, através da estruturação dos departamentos de imprensa em todos os sindicatos.

“Não há como cobrir todo o estado com a estrutura que temos, se houvesse jornalistas em outros sindicatos, além da capital, o jornal estaria muito mais presente em todas as re-



tância da formação. “As perspectivas são muito boas”, avalia Rosemeri, prevendo que os sindicatos da Intersul devem passar a investir mais no setor “que para muitos já é de onde pode vir a luz para nós tirar de uma certa crise por que passa o sindicalismo.

SECRETARIA — Para organizar o impulso da estruturação da formação da Intersul, foi criada uma secretaria encarregada de subsidiar as discussões sobre o tema em todos os sindicatos, distribuindo textos e marcando novos encontros de diretores de formação, que de agora em diante formam um fórum chamado de Coletivo de Formação da Intersul.

Dia nove de dezembro, em Londrina, no

qualidade da informação que oferece aos seus filiados, buscando sempre a credibilidade”, alertou o editor do Linha Viva, Gastão Cassel.

DIAGNÓSTICO — A troca de experiências sobre imprensa foi um momento importante do debate. Apenas os sindicatos de Florianópolis, Rio Grande do Sul (que não estava presente) e Londrina têm estruturas permanentes de imprensa, com profissionais contratados e publicações periódicas. Os demais sindicatos têm muita vontade e poucos recursos. Em Tubarão, por exemplo, é patente a necessidade de um profissional, mas o boletim Ponto Por Ponto acaba sendo escrito e produzido pelos diretores da entidade, sem sistemática.

giões”, analisou Dinovaldo Gilioli, diretor de imprensa do Sinergia. A explicação serviu para que se apontasse na direção de que todos os sindicatos devem procurar viabilizar a contratação de jornalistas.

No mesmo rumo, foi comentada a necessidade de se partir para uma empreitada mais arrojada, como um jornal que cobrisse toda a Região Sul, unificando a imprensa da Intersul.

Na esteira do Coletivo de Formação, acontecerão encontros de diretores e profissionais da área de imprensa, especialmente para avaliar o trabalho e discutir temas relativos à comunicação.

Curadores impedem que Celos faça investimento incerto

A Fundação Celos recebeu há pouco tempo uma proposta - rejeitada pela maioria dos curadores - para compra de cota do Shopping Centro da Beira-Mar, em construção no centro de Florianópolis, há mais de dez anos. Depois que um grupo privado não conseguiu concluir seu empreendimento, e por completa falta de recurso, buscou nas Fundações de Previdência Privada e salvação financeira do investimento. Este fato gerou, como não poderia ser diferente, uma grande discussão dentro do Conselho de Curadores da CELOS. Foi criado um grupo de estudos a fim de avaliar a proposta, tendo em

vista o montante do investimento (mais de 10 milhões de dólares).

A proposta foi apresentada na reunião do Conselho de Curadores, dia 3 de novembro e rejeitada por 13 votos a dois. O Conselho não considerou viável a comercialização das salas do empreendimento.

Com isto o Conselho de Curadores da CELOS cumpriu à altura a sua função, resgatando de fato o papel que deve ter um Conselho de Curadores. Se este procedimento tivesse acontecido com os Fundos de Pensões, quando da compra de ações da SADE, hoje não teríamos o escândalo PP.

Descentralização da Celesc prejudica os trabalhadores

O processo de descentralização na Celesc está se desenvolvendo, a passos acelerados. Apesar das lideranças sindicais estarem alertando a categoria sobre os prejuízos destas modificações, os empregados ainda não tiveram tempo de analisá-las e tirarem suas conclusões. Os primeiros sinais já estão bem claros: aumentam os conflitos nos locais de trabalho, a empresa descumpra cláusulas do Acordo Coletivo e canaliza todos seus esforços para ampliar a terceirização dos serviços.

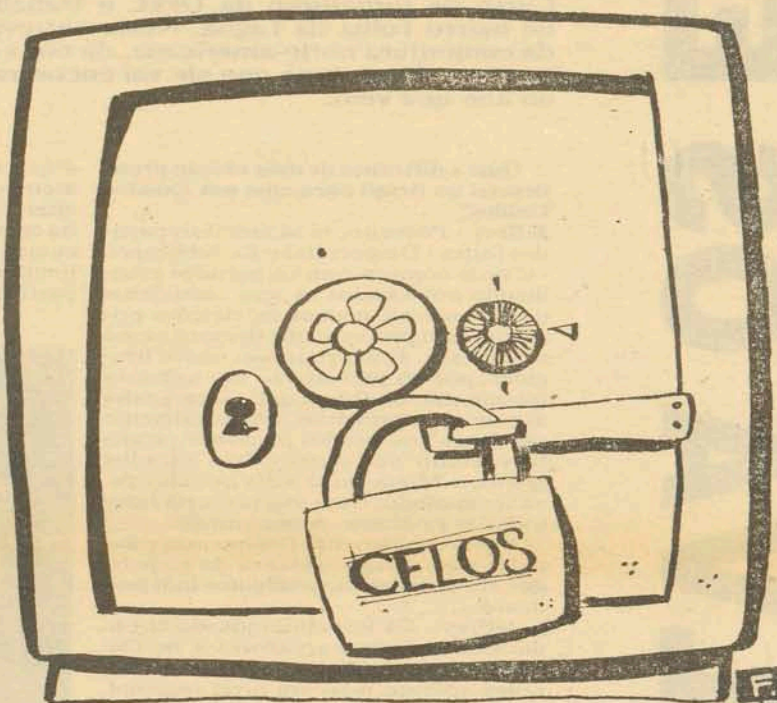
Mais uma vez na Celesc as coisas se decidem de cima para baixo, afetando a vida de mais de 4 mil pessoas que sequer foram consultadas a respeito.

O "Programa de Modernização Institucional da Celesc", foi criado pela administração Verdine, para enxugar e descentralizar a empresa. O modelo da nova estrutura está sendo dado pelo Instituto de Organização Racional do Traba-

lho (Idort), uma empresa de consultoria que já de saída avisou: ao final do processo a holding não precisará ter mais de 100 pessoas assim, quando o trabalho do Programa de Modernização estiver acabado a Celesc pode, facilmente, como querem alguns, ser privatizada.

Este aliás é o caminho que vem sendo trilhado pela atual administração da empresa ao terceirizar (ou seja passar para as mãos da iniciativa privada) serviços como os de manutenção, leitura, operação de subestações à distância, etc.

O Idort foi contratado para tudo pronto até fevereiro do ano que vem. A pressa é porque em março de 1993 deve ser votada a Lei de Concessões que, entre outros absurdos, dita por exemplo, que ao expirar a concessão para serviços que a Celesc tem, deverá ser feita uma nova licitação. Só que a própria Celesc não vai poder dela participar, por ser a concessionária atual.



No dia 3 de novembro foi retificado o Acordo Coletivo da Celesc que resolveu o problema da extensão do pagamento do "Prêmio Produtividade" do salário de setembro para as pessoas que estavam afastadas da empresa em setembro.

Foi eleita para atuar na gestão 92/93 a nova SIPA da Celesc DPCP/CEFA. A relação nominal dos eleitos é: Zildomar P. Deucher, Alair R. C. de Paiva, Luiz F. Bonatelli e Neuza P. de Souza.

CNE diz que negociações foram esvaziadas pela Eletrobrás

No dia 11 de novembro o Comando Nacional dos Eletricistas emitiu um boletim informativo com o objetivo de advertir a categoria. Segundo o informe na reunião conjunta com o ministro do Planejamento (Paulo Haddad), ministro da Economia (Gustavo Krause), da Previdência (Antônio Brito), das Minas e Energia (Paulino Cicero) e a secretária nacional de Economia (Dorothea Werneck), "não se obteve qualquer retorno".

Para o CNE "está claro o perigoso vácuo de poder existente entre os ministros e a estrutura ainda colhida da máquina

estatal, que acaba impondo sua política". Assim entende o comando que "é necessário garantir a manifestação do dia 18 de novembro, quando o Comando fará um ato na frente do Palácio do Planalto, forçando uma audiência com o presidente Itamar Franco. O CNE recomenda que se analise também a possibilidade de se construir um dia nacional de greve de advertência que denunciaria para a opinião pública a falta de negociações no setor, lembrando a todos que esta será a primeira negociação de base do novo Governo de Itamar Franco.

QUEM SALVA OS EUA?

É muito fácil votar para presidente nos Estados Unidos. Há menos burocracia e a informatização torna as coisas bem mais rápidas. Além disso numa mesma eleição se escolhe deputados, senadores e se opina sobre questões como pena de morte, caça de ursos, etc... Mesmo para quem está muito longe de casa, no Brasil por exemplo, não há dificuldades. No 4 de novembro o norte-americano Jeffrey Hoff saiu de sua casa na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, foi até o Correio e somou mais um voto para Bill Clinton e outros candidatos do partido democrata. Um voto com "pouca esperança". Ele é jornalista há 12 anos, com passagem por algumas das redações mais importantes dos EUA, como a do New York Times. Hoje ele é professor convidado do Curso de Jornalismo da UFSC e trabalha como editor do jornal de bairro Folha da Lagoa. Nesta entrevista ao Linha Viva ele fala da conjuntura norte-americana, da nova ordem mundial e das perspectivas do governo que ele vai encontrar quando voltar para casa, no ano que vem.

Qual a diferença de uma eleição presidencial no Brasil para uma nos Estados Unidos?

Jeffrey - Primeiro, lá só tem dois partidos fortes - Democratas e Republicanos - e tudo começa com os partidos escolhendo nos estados os seus candidatos no que nós chamamos de eleições primárias, um processo que demora quase sete meses. É um processo muito irregular, pois as prévias não são todas no mesmo dia, de forma que quem ganha as primeiras primárias, que geralmente são feitas nos estados pequenos, acaba favorecido nas outras, nos estados grandes. Muita gente acha que isso deve ser mudado. Uma solução seria fazer todas as primárias no mesmo dia.

A polarização entre Democratas e Republicanos é representativa da sociedade? Há também os candidatos independentes...

Jeffrey - Os Republicanos são considerados mais conservadores e os Democratas mais liberais. Mas esta diferença aparece mais em nível regional, nas eleições proporcionais. Na verdade não há uma grande diferença. Poderíamos comparar dizendo que os Democratas são como o PMDB do Brasil e os Republicanos o PDS. Mas há gente nos Republicanos que é mais progressista que os Democratas, e há Democratas que são mais conservadores que os Republicanos. A política lá, como aqui, com a capacidade de em nível regional atender demandas.

E os pequenos partidos não participam?

Jeffrey - Participam, mas não têm poder. Há apenas um deputado federal que é independente, e nenhum de outros partidos que não sejam Democratas ou Republicanos. Nas assembleias estaduais também são pouquíssimos os de outros partidos.

A votação expressiva que o independente Perot obteve não pode significar uma quebra desta polarização?

Jeffrey - Perot, pela direita, e Jackson, pela esquerda, mostram que muitas pessoas procuram outra opção que ainda não existe porque é muito caro fazer uma campanha nacional e também precisa de apoio de lobbies e indústrias nacionais que há anos têm ligações com os dois partidos. Estes grupos teriam que abrir mão de vantagens para apoiar outros partidos. Os lobbies lá são mais poderosos do que aqui. Há os representantes de todos os setores da indústria e áreas de negócios. Eles

é que financiam as campanhas. A primeira coisa que os partidos fazem é fechar estes apoios, pois sem eles não há como fazer campanha. Há muita discussão sobre uma reforma eleitoral que limite os gastos e as contribuições aos partidos, hoje não há limites. Hoje a

Ana Carine Monteiro



Jeffrey votou com pouca esperança

limitação dos gastos é tida como limitação da liberdade de expressão.

Há participação popular no processo eleitoral ou é tudo feito em função da mídia mesmo?

Jeffrey - É mais para a mídia mesmo. A televisão é muito importante. Lá não há horário eleitoral gratuito e os candidatos têm que comprar anúncios de 30 segundos, um minuto ou até meia hora, às vezes. Há muitas entrevistas também em programas do tipo Jó Soares, que há uns quatro ou cinco lá. Então começa a haver o que eles chamam de "mordida de edição": os candidatos fazem alguma coisa diferente para aparecer nos noticiários sem pagar, assim como o Collor fazia com Jet-Ski eles jogam beisebol ou coisa parecida. Eles têm que dizer o máximo em pouco tempo com frases e imagens interessantes. Isso é mais importante do que ter apoio de sindicatos regionais, de associações de moradores. Lá menos de 14% dos trabalhadores são sindicalizados. Clinton fez campanha negando os sindicatos e

as classes mais baixas. Ele era, dentro do partido, um candidato que não buscou sustentação junto a sindicatos e minorias. Ele foi o candidato conservador dos Democratas. Nos últimos anos Dukakis, Jackson, Clarck, Mondail buscaram apoio da esquerda do partido. Clinton buscou os Democratas que votaram em Reagan e Bush. Ele ganhou com o apoio dos ricos e conservadores.

Os Estados Unidos posam sempre como o exemplo de democracia, mas só agora festeja a inusitada eleição de quatro mulheres para o Congresso, sendo uma negra...

Jeffrey - Não vamos esquecer que até os anos 50 o sul do país tinha segregação no emprego, escola e até na moradia, assim como na África do Sul; há 60 anos atrás as mulheres não podiam votar. Então isso é mesmo importante. Os Estados Unidos não são um exemplo de bastião dos direitos humanos, mulheres e negros sempre têm que batalhar por seus direitos.

Clinton assume sem a guerra fria, com uma dúvida interna violenta e num momento de redefinição da ordem econômica mundial. Quais são as expectativas possíveis?

Jeffrey - A longo prazo a gente não viu grandes diferenças entre Republicanos e Democratas. Os Democratas têm tradição de serem mais liberais nas relações internacionais. Agora dizem que Clinton vai ser mais protecionista, que não vai deixar tantos bens entrar no país. Mas é muito difícil para ele reduzir o orçamento para defesa, embora haja a discussão sobre aumentar os gastos com estradas, pontes, esgotos, transporte público, coisas que precisam investimentos de bilhões de dólares e geram empregos. Obviamente não é fácil tirar uma pessoa de uma fábrica de armas e colocá-la numa estrada do outro lado do país. É um processo lento. Os estados mais ricos são os que têm concentrações de fábricas de armas e também grande influência eleitoral. Eles não vão fechar estas fábricas. Há uma tentativa de vender armas e aviões para outros países pequenos. Veja que o empobrecimento está aumentando nas regiões centrais como Detroit, onde há fábricas de automóveis. Lá a recessão bateu mais forte e as indústrias de carros estão fechando as portas para investir no México. Pois lá há mão-de-obra barata, menos regras ambientais. Isso não é bom para a classe operária dos Estados Unidos.

E o sonho americano...

Jeffrey - O salário real não teve nenhuma evolução nos últimos 25 ou 30 anos, está estabilizado, não há crescimento no capitalismo americano. Clinton não tem poder de restaurar o sonho americano. Ele vai tentar melhorar em algumas áreas como a saúde, a falta de creches para que as mulheres possam trabalhar, mas o problema é que há um limite de crescimento real. Mas um governo Democrata vai ser importante pra prestar a atenção nos problemas dos centros urbanos. Mas Clinton, como falei, não se elegeu falando dos problemas dos pobres. Eu não tenho muita esperança.

